
A LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: NOTAS PARA UM DEBATE

Children and youth literature as a possibility to the teaching of Agrarian Geography: notes for a debate

Ariel Pereira da Silva Oliveira
mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina
aripso543@gmail.com

Ideni Terezinha Antonello
Professora associada do curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UEL
antonello.uel@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a potencialidade da literatura infantojuvenil nas aulas de Geografia, a qual trata da organização e fenômenos geográficos do/no espaço agrário. A metodologia empregada foi baseada na leitura e análise de duas obras literárias infantojuvenis, que integram uma coleção organizada pela editora Expressão Popular. A primeira obra, intitulada “**Semente de letra**”, tem como plano de fundo um assentamento rural e retrata o cotidiano camponês, falando de temas como: importância da leitura, luta pela conquista da terra e organização interna. “**Pascoalzinho pé-no-chão: uma fábula da reforma agrária**” é a segunda obra e trata de temas como a expropriação do campesinato, territorialização do capital e migração campo-cidade. Com base nesses livros buscou-se demonstrar que a literatura é uma importante aliada no ensino de Geografia, pois além de possibilitar aulas que não fiquem restritas ao uso do livro didático, fomenta o hábito da leitura e torna as aulas diferentes, podendo contribuir para que o processo de ensino-aprendizagem seja eficaz ao proporcionar um campo fértil para a criticidade dos discentes.

Palavras-chave: espaço agrário; Geografia; literatura infantojuvenil.

Abstract

The objective of this article is to discuss the potential of children and youth literature in Geography classes that deals with the organization and geographical phenomena of/in the agrarian space. The methodology used was based on the reading and analysis of two children and youth literary works that are part of a collection organized by the Expressão Popular (popular expression) publisher. The first work is entitled “**Semente de Letra**” (letter seed), it has as background a rural settlement and portrays the daily life of the cropper, and talks about themes such as: the importance of reading, struggle for land conquest, internal organization, among others. “**Pascoalzinho pé-no-chão: uma fábula da Reforma Agrária**” (Little Pascoal, down to earth: A tale about the Agrarian Reform) is the second work, it deals with themes such as the expropriation of the peasantry, the territorialization of funds, migration from rural areas to cities, among others. Based on these oeuvre, we pursued to demonstrate that literature is an important ally in the teaching of Geography, because besides allowing classes that are not restricted to the use of textbooks, it also promotes the habit of reading and makes classes different, while contributing with the teaching-learning process effectiveness, by providing a fertile field for the critical development of the students.

Keywords: agrarian space; Geography; children and youth literature.

Considerações Iniciais

A questão agrária é um tema complexo e está imerso em uma série de discursos e posicionamentos políticos e ideologicamente destoantes: de um lado, atores e grupos sociais que visam à manutenção do *status quo* dominante; de outro, aqueles que resistem à lógica desses atores hegemônicos e lutam em prol da transformação social.

Essas divergências teóricas e ideológicas acerca do espaço agrário e de conceitos como o campesinato são vislumbradas não só dentro do meio político e acadêmico, elas também são abordadas midiaticamente e, portanto, chegam até a população, tanto no campo quanto na cidade, na maior parte das vezes maculadas e distorcidas, alienando os menos esclarecidos que ainda têm a televisão como o único meio de obtenção de informações.

Visto a relevância do tema, que abarca de forma direta e indireta vários setores da sociedade, defende-se que as discussões a respeito do espaço agrário estejam presentes em sala de aula, demonstrando o compromisso das instituições de ensino na formação de cidadãos críticos e autônomos, capazes de compreender a importância dos fenômenos agrários e suas inter-relações com o urbano e de estabelecer leituras críticas de forma independente, sem confiar piamente em veículos midiáticos que, de certa forma, atendem a interesses hegemônicos. Mas como um tema tão complexo pode ser abordado sem ser empobrecido?

A questão agrária é um dos temas mais difíceis de serem explorados pelos professores, sobretudo os que trabalham em escolas nas cidades, pois os alunos urbanos desconhecem o campo e suas dinâmicas, o que os leva a acreditar que se trata de uma realidade muito distante, sem implicações nas suas vidas, contribuindo para um eventual desinteresse.

Seria interessante que o professor produzisse seu próprio material para suprir eventuais carências no que se refere aos conteúdos relacionados ao espaço agrário, a fim de tornar as aulas interessantes e ao mesmo tempo eficazes. No entanto, isso acaba sendo uma tarefa muito difícil não só pela falta de tempo, mas de recursos financeiros para pôr os eventuais projetos em prática. Além disso, muitos educadores têm dificuldade para manusear equipamentos eletrônicos, acessar espaços de formação continuada, materiais de pesquisas, entre outros. Sendo assim, esses profissionais acabam utilizando os livros didáticos como única referência.

O que muitas vezes os profissionais da educação não atentam é para o fato de que há materiais prontos e de excelente qualidade que podem ser introduzidos, como é o caso dos livros infantojuvenis, que são visualmente chamativos. Com obras como essas é possível trabalhar os conteúdos supracitados ao mesmo tempo em que o professor incentiva a leitura. Desse modo, o que centraliza o presente artigo é a discussão das possibilidades das obras de literatura nas aulas de Geografia, a qual possui como tema central o espaço agrário e os fenômenos socioambientais que o transforma.

Este trabalho foi estruturado em dois eixos principais: (1) a revisão e discussão do arcabouço teórico que respaldou as análises e (2) a análise crítica de duas obras literárias destinadas ao público infantojuvenil e que tratam da questão agrária brasileira.

O artigo foi dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se a importância de discutir a questão agrária nas aulas de Geografia, as dificuldades enfrentadas pelos professores nesse processo e a potencialidade da literatura infantojuvenil como uma das formas para superar essas barreiras. Na segunda parte é discutida a obra “Semente de letra”, de Marcia Camargos, que retrata o cotidiano de um assentamento rural e conta a história de Vitória, uma menina camponesa que descobre o prazer da leitura e passa escrever suas próprias histórias, colocando em cada texto um pouco do seu modo de vida.

Na terceira parte, empreende-se uma análise crítica acerca da obra “Pascoalzinho pé-no-chão: uma fábula da Reforma Agrária”, de Chico Alencar; nela, o autor retrata o processo de desterritorialização de uma comunidade camponesa, os desafios enfrentados na cidade e o desejo de voltar para o campo.

A importância de discutir a questão agrária em sala de aula e a potencialidade da literatura infantojuvenil nessa tarefa

Em convergência com as ideias da presente reflexão, Nabarro e Tsukamoto (2010) ressaltam que falar sobre a questão agrária implica na necessidade de uma abordagem responsável por parte dos professores, pois este é um tema complexo, marcado por interesses divergentes de classes e seu viés ideológico que ganha relevo, sobretudo, pelos meios de comunicação. Trata-se de um tema político, uma vez que envolve vários pontos de vista sobre uma mesma questão. Dentre as provas que advogam a favor dessa tese pode-se citar a relevância do tema para a mídia, nos conflitos por terra, na luta de movimentos sociais e na participação de setores hegemônicos no poder legislativo.

As dinâmicas agrárias, em todas as escalas que se manifestam, desde os recordes de exportação de *commodities* até as frustrações do camponês que perdeu sua produção por conta das intempéries climáticas, têm interferência na sociedade como um todo, ou seja, o que acontece no campo não fica restrito a ele, atinge diversos setores como a economia (em escala micro e macro) e repercute tanto nas cidades quanto no mundo, já que vivemos em uma economia globalizada.

Nabarro e Tsukamoto (2010) reconhecem que o fato de a maioria das pessoas viver nas cidades torna mais difícil a compreensão de fenômenos agrários. No entanto essa tarefa não é impossível e um dos caminhos para tanto é o professor encarar esse desafio, a fim de incitar a curiosidade dos alunos acerca de temas como esse.

Recentemente, a Rede Globo de Televisão vinculou uma propaganda que dizia “o agro é *pop*, o agro é *tech*, o agro é tudo”, mostrando os recordes desse setor e como ele se faz imprescindível para o bom desempenho da economia. Entretanto, essa propaganda escondeu a face perversa do agronegócio, como a sujeição da renda da terra camponesa, os sangrentos conflitos por terras com indígenas e com movimentos sociais, a concentração fundiária, a contaminação do solo, água e ar com agrotóxicos e os casos de trabalho infantil e análogos à escravidão.

Diante do exposto, justifica-se a pertinência de se discutir a questão agrária nas escolas, pois formar o aluno para ser um cidadão ativo, autônomo e crítico implica em formar um sujeito que não recebe esse tipo de informação de forma passiva, sem procurar compreender o que de fato esse modelo de produção esconde.

Nesse cenário é pertinente retomar Campos (2011), a qual explica que a ocupação dos meios de comunicação é uma estratégia para criar no imaginário da sociedade uma associação do agronegócio a geração de emprego, renda e alimentos. Mesmo em casos nos quais é impossível negar o impacto negativo dessas atividades, como os danos ao meio ambiente, é vendida a ideia de que os benefícios do agronegócio superam os malefícios.

Os agrotóxicos afetam não só o meio físico, mas também a saúde da população. Um estudo empreendido pela professora Larissa Mies Bombardi (2011) mostrou que em 2009 o Brasil se tornou o principal consumidor de agrotóxicos do mundo. O uso dessas substâncias tem levado à morte inúmeros trabalhadores rurais, tanto assalariados quanto camponeses.

No caso do camponês, por exemplo, ele é obrigado a usar essas substâncias, sendo tal coerção feita pelo capital financeiro. Há relatos de que caso não use o agrotóxico e perca sua produção, mesmo que seja por quaisquer outros problemas, como os climáticos, cuja causa da perda não pode ser impedida com o uso desses produtos, ele não recebe o seguro, pois é entendido que assumiu o risco de perder a produção ao não utilizar agrotóxico.

Segundo Bombardi (2011), dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-farmacológicas (SINITOX) mostram que entre 1999 e 2009 mais de 62 mil intoxicações por agrotóxicos foram notificadas, com uma média de 15 por dia ou uma a cada 90 minutos, com 1876 mortes, e esse número pode ser muito superior, pois muitos casos não são notificados. De acordo com a autora, alguns pesquisadores dizem que para cada caso notificado há 50 não notificados.

As causas das intoxicações são ainda mais preocupantes quando Bombardi (2011) mostra que, além dos casos de acidente de trabalho e contaminação acidental, essas substâncias estão relacionadas a casos de suicídio. A autora levanta duas hipóteses para compreender os suicídios: a primeira é que eles poderiam ser causados por transtornos psíquicos, a segunda é que eles podem ser consequência de possível endividamento desses camponeses.

Outras questões também necessitam ser problematizadas, como a íntima relação entre o agronegócio e os latifúndios, que são subutilizados e improdutivos e compreendem grandes extensões de terra concentradas nas mãos de poucos, enquanto um grande contingente de pessoas está sem acesso a esse bem. Quanto à concentração fundiária, é possível observar na Tabela 1 os dados dos últimos Censos Agropecuários que confirmam sua manutenção.

Tabela 1: Evolução da estrutura fundiária no Brasil – comparação entre o Censo Agropecuário de 2006 e 2017

Classe de área em hectares (ha)	2006				2017			
	Nº Imóveis	% Imóveis	Área (ha)	% Área	Nº Imóveis	% Imóveis	Área (ha)	% Área
Menos de 10	2.477.151	50,34	7.798.777	2,34	2.543.681	50,91	7.993.969	2,28
De 10 < 50	1.580.718	32,12	36.410.635	10,91	1.586.527	31,75	36.867.729	10,49
50 < 100	390.882	7,94	26.483.343	7,94	394.157	7,89	26.942.917	7,67
Total com menos de 100	4.448.751	90,41	70.692.755	21,19	4.524.365	90,55	71.804.615	20,44
100 < 1.000	424.288	8,62	112.844.186	33,82	420.719	8,42	112.257.692	31,96
1.000 < 2.500	32.242	0,66	48.640.082	14,58	34.338	0,69	51.848.684	14,76
2.500 e mais	15.336	0,31	101.503.014	30,42	16.865	0,34	115.378.827	32,84
Total com mais de 100	471.866	9,59	262.987.282	78,81	471.922	9,45	279.482.203	79,56
Total geral	4.920.617 ¹	100	333.680.037	100	4.996.287 ²	100	351.289.818	100

Fonte: COSME, 2020, p. 98

Conforme aponta Cosme (2020), a comparação entre os dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017 demonstra que a estrutura fundiária teve singelas alterações, mas se manteve concentrada. Enquanto em 2006 90,41% dos estabelecimentos com menos de 100 hectares ocupavam 21,29% da área total, em 2017 esse número passou para 90,55%, ocupando 20,44% da área total. Com relação aos grandes, em 2006, 9,59% dos

estabelecimentos com mais de 100 hectares ocupavam 78,81% da área total, já em 2017 esse número passou para 9,45% de estabelecimentos, ocupando 76,56 da área total.

A contração também fica explícita quando se observa que nesse período (entre 2006 e 2017) os estabelecimentos com área entre 1.000 e 2.500 hectares, que compreendiam 48 milhões de hectares, passaram a representar 51 milhões, e os com mais de 2.500 hectares passaram de 101 para 115 milhões de hectares. Somados esses extratos, houve um aumento de 17 milhões de hectares.

Já os estabelecimentos acima de 1.000 hectares, que representavam 0,97% e monopolizavam 45% da área total em 2006, tiveram acréscimo tanto no número de estabelecimentos quanto na área, representando, após 2017, 1,03% do número de estabelecimentos em cerca de 47,60% da área total. Essa realidade leva Cosme (2020) a concluir que a concentração da estrutura fundiária é um problema que se aprofunda e perpetua no Brasil, portanto, os debates acerca da Reforma Agrária e da função social da propriedade privada da terra devem se manter vivos e constantes.

Sabe-se que o modelo latifundista traz à tona questões como a Soberania Alimentar e o impacto socioambiental dos agrotóxicos (COSME, 2020). Outro problema passível de ser debatido são os sangrentos conflitos por terra, em que, segundo Stédile (2011), o número de pessoas mortas se equivale ao de algumas guerras civis. Logo, esses são alguns pontos que advogam em prol da necessidade e urgência de debater o espaço agrário nas aulas de Geografia. São problemas reais resultantes de um processo histórico longo que concentrou a terra, limitou seu acesso e maculou seu valor de uso em detrimento de troca e que hoje repercute em conflitos de terra muitas vezes sangrentos, atingindo todos os setores da sociedade, de forma direta ou indireta.

Conforme lembram Oliveira e Asari (2010), não há uma receita preestabelecida para alcançar satisfatoriamente os objetivos estipulados no processo de ensino-aprendizagem, o professor deve ter a capacidade de criar, ousar e aprender ensinando e, preferencialmente, trazer o conteúdo para a realidade desse estudante. A partir dessa postura, é possível, por exemplo, superar as limitações dos livros didáticos. Ainda para os autores: “É preciso que o professor busque a realidade da criança e construa o conteúdo em conjunto com eles, levando em consideração a importância de explorar seus conhecimentos prévios” (OLIVEIRA; ASARI, 2010, p. 16).

A Geografia é uma importante disciplina que compõe a grade curricular obrigatória da educação básica no Brasil, pois, de acordo com Oliveira e Asari (2010), ela permite compreender as inter-relações entre o homem e a natureza, assim como as demais relações que permeiam o espaço geográfico em diferentes escalas.

Ponce e Moura (2005), por sua vez, concebem a Geografia como a disciplina que fornece aos alunos ferramentas para uma leitura crítica da realidade, pois eles passam a observá-la, descrevê-la, compará-la e explicá-la, considerando dimensões de tempos e espaço cada vez mais complexas. “Dessa forma, o ensino como um todo, incluindo o de Geografia, tem como finalidade fazer o aluno aprender para crescer, viver e conviver na sociedade, isto é para a vida” (TOMITA, 2012, p. 35).

Nesse sentido, a Geografia é uma disciplina indispensável na construção do tão falado aluno crítico, que consiga não só compreender e analisar questões de cunho social, mas sua inter-relação com o espaço nas suas mais diversas escalas. Para isso, é preciso profissionais comprometidos que busquem estratégias para vencer as limitações impostas pelo sistema educacional público brasileiro.

Diante do exposto, é pertinente retomar as reflexões de Oliveira (1992), que é enfático ao afirmar que a educação está em crise, pois os alunos não conseguem nem ao menos compreender o mundo que os cerca (e que estão inseridos), quanto mais transformá-lo. A crise da educação é o resultado direto de uma sociedade capitalista

dividida em classes, com atores que possuem interesses antagônicos; nesse cenário a educação serve para disseminar valores necessários para a dominação burguesa, privilegiando uma abordagem pedagógica acrítica. Para o autor, é preciso que se rompa com o *status quo* imperante, pautado na lógica capitalista ou da elite dominante, para assim se comprometer com um projeto de transformação social.

Historicamente, os pesquisadores da Geografia vêm buscando formas de tornar o ensino da disciplina mais eficiente, em todos os sentidos, e isso fica claro nas diversas especializações em ensino de Geografia e linhas de pesquisa em ensino nos programas de pós-graduação, além da aplicabilidade em projetos de pesquisa e extensão. Diversas propostas foram e são lançadas, mas o presente artigo advoga em prol da potencialidade do ensino a partir da intersecção entre Geografia e Literatura.

Conforme defende Pontuschka (2015), diferentes linguagens constituem diferentes oportunidades de recursos didáticos que podem ser empregados na contemporaneidade, inclusive na escola. Esses recursos podem, portanto, assumir variados formatos, como fotografias, filmes, jogos e obras literárias, e seu uso no processo de ensino-aprendizagem vai depender dos objetivos do professor e da disciplina.

Nesse sentido, Pontuschka (2015) explica que é comumente valorizada a dimensão lúdica do cinema, porém, a autora afirma que a literatura também pode ter tal dimensão. Para isso, o bom emprego dessa linguagem depende de uma boa escolha do professor junto dos alunos, levando em consideração as obras e os autores que os discentes desejam ler, a adequação à faixa etária, entre outros.

É mister ressaltar que antes de o professor eleger uma obra literária é preciso estar atento ao seu viés ideológico. Sendo assim, com base em Oliveira e Asari (2010), compreende-se que as obras literárias podem ser lidas como reflexo da realidade a partir do ponto de vista do autor, assim sendo, esse conteúdo não é neutro.

Por isso, é importante que o leitor esteja ciente do contexto espacial e temporal em que o texto foi concebido para entender os tipos de conflitos escolhidos pelo romancista para sua narrativa, e a partir daí, fazer uma correlação com os aspectos geográficos da obra. É necessário também, conhecer o autor e sua história para melhor interpretá-lo (OLIVEIRA; ASARI, 2010, p. 17).

Dessa forma, os autores consideram a literatura um recurso didático com potencialidade para contribuir no processo de ensino-aprendizagem de conteúdos geográficos, sobretudo as obras regionalistas. Além do mais, há outros benefícios como o fomento a leitura e melhora da escrita, interpretação, crítica e vocabulário. Oliveira e Asari (2010) ressaltam ainda que os textos literários podem ser mais apreensíveis do que os textos científicos e didáticos, pois a partir deles os alunos podem imaginar os lugares e as paisagens narrados.

Com base nesses pressupostos discutidos, referentes à interpenetração entre a narrativa literária e o ensino-aprendizagem nas aulas de Geografia, particularmente nos conteúdos sobre o espaço rural, os próprios tópicos se dedicaram a fazer uma análise das obras “Semente de letra” e “Pascoalzinho pé-no-chão”, que abordam as questões agrárias.

Descobrimo o espaço rural na obra “Semente de letra”, de Marcia Camargos

A primeira obra abordada é o livro “Semente de letra”, escrito por Marcia Camargos e ilustrado por Marcos Cartum, com oito capítulos, sendo as páginas bem divididas entre textos e ilustrações. Logo no primeiro capítulo, é possível observar a potencialidade da obra para os educadores tratarem de temas e conceitos complexos dos estudos agrários.

A narrativa é centrada nos prazeres e frustrações de uma menina chamada Vitória, que vive em um acampamento sem-terra em processo para se tornar assentamento. O **primeiro capítulo** introduz os personagens, descreve a paisagem e mostra o cotidiano de um assentamento. A autora traz de forma simplificada conceitos complexos dos estudos agrários, por exemplo, o descumprimento da função social da terra:

[...] Juntaram-se a um grupo de sem-terra e ocuparam uma fazenda imensa, onde só tinha pasto para uma meia dúzia de bois e algumas ovelhas. Os donos nunca apareciam, largavam tudo na mão de um administrador e de dois empregados que mal davam conta de cuidar dos animais. Não plantavam nada. Não colhiam nada (CAMARGOS, 2007, p. 12 – 13).

Camargos (2007) deixa explícito já no primeiro capítulo que para o camponês a terra é sinônimo de trabalho, que a luta por esse bem exige esforço e que nas propriedades camponesas o trabalho é familiar, todos ajudam. A questão da posse da terra é fundamental para entender a questão agrária, pois mostra as diferenças entre o camponês, que tem a terra como meio para desenvolver seu trabalho e obter o sustento da família, e aqueles que a exploram dentro dos moldes capitalistas, com o objetivo de obter a reprodução ampliada de capital, para especulação ou outro fim.

Nesse contexto e de acordo com Paulino (2009), a conflitualidade estrutural capitalista no campo apresenta peculiaridades, já que, além das relações tipicamente capitalistas via assalariamento, também se desenvolvem relações não tipicamente capitalistas, como o campesinato que detém os meios de produção e se valem do próprio trabalho para produzir, bem como o trabalho que não é individual, mas familiar.

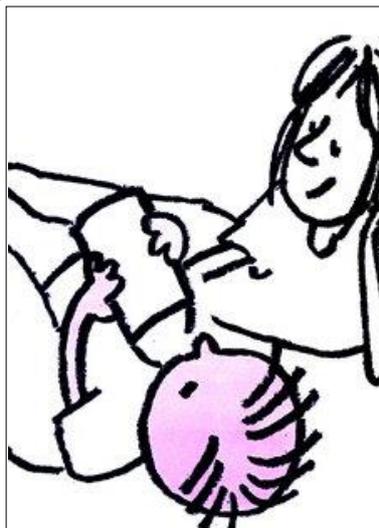
Paulino (2012) explica que o espaço agrário é constituído por dois tipos de propriedades privadas, a saber: a capitalista, que é um instrumento de especulação e exploração da força de trabalho com objetivo de obter mais-valia, e a camponesa, na qual a terra não é sinônimo de acumulação, mas de sobrevivência. Dentro da capitalista, o critério $D - M - D'$ prevalece, e na camponesa, o $M - D - M^3$; no primeiro modelo o objetivo é a reprodução ampliada de capital, no segundo, o escopo do camponês é trabalhar para obter dinheiro e adquirir o que não produz e é necessário para si e sua família.

Em determinada parte do livro é possível perceber que a terra só passou a ter, de fato, uma função social a partir do momento em que foi ocupada. A personagem Vitória conta:

[...] Juntaram-se a um grupo de sem-terra e ocuparam uma fazenda imensa, onde só tinha pasto para uma meia dúzia de bois e algumas ovelhas. Os donos nunca apareciam, largavam tudo na mão de um administrador e de dois empregados que mal davam conta de cuidar dos animais. Não plantavam nada. Não colhiam nada. Não se importavam com ninguém (CAMARGOS, 2007, p. 13).

O **segundo capítulo** também traz um pouco do dia a dia do camponês assentado, mostrando que o domingo não é dia de folga enquanto há trabalho e que a responsabilidade deste enquanto atividade familiar se faz presente inclusive na realidade de Vitória, que ainda criança ajuda seus pais cuidando do seu irmão mais novo, conforme é possível observar na figura 1. O ponto alto do capítulo são as reflexões e memórias da personagem, pois, mesmo que ainda seja criança, ela já viveu muitas experiências difíceis, como o processo de ocupação das terras em que ela relata ter temido pela integridade física dos seus companheiros e principalmente de seu pai.

Figura 1: Vitória cuidando do irmão



Fonte: CAMARGOS, 2007, p. 16

Nos dois primeiros capítulos o cotidiano do camponês fica bem delineado, além da importância da terra, há a característica do trabalho, que é familiar. As relações sociais de produção nesses modelos de propriedades são importantes, pois a terra não produz renda, o trabalho a produz, e a renda camponesa da terra difere da capitalista, porque para a sua obtenção não há exploração da força de trabalho alheio.

Vitória aborda em seus relatos a importância da terra, sobretudo para aqueles que lutaram pelo direito de nela trabalhar e de seus frutos usufruir. A personagem mostra que a conquista não foi fácil e só ocorreu pela resistência às mais nefastas estratégias de desterritorialização do acampamento, como no episódio em que o antigo dono da fazenda mandou jogar inseticida na água consumida por seus companheiros.

Vitória explica para os pequenos leitores o que é Reforma Agrária, considerando-a um ato revolucionário e comparando-a à Revolução Cubana de menor escala. É com base em toda essa luta que ela constrói dia após dia sua identidade, o sentimento de pertencimento ao assentamento e o orgulho por seus revolucionários pais. Em determinada parte do livro a personagem diz:

[...] Um grupo de trinta famílias resolveu mudar de vida e lutar pela terra de que precisavam. Na cara e na coragem. Só com o apoio do movimento que discutia os problemas que iam surgindo e dava sugestões. Na época, ela aprendeu que aquilo era reforma agrária. Significava tomar a terra dos que têm de sobra e nem ligam para ela e distribuir para quem não tem nem um pedacinho de chão (CAMARGOS, 2007, p. 19).

O **capítulo 3** aborda a perspectiva de gênero, mostrando que Vitória se interessa por futebol e que tem talento para o esporte, ficando explícito que o fato de ela ser menina não a impede de fazer nada. A personagem mostra que a visão de que há papéis masculinos e femininos é anacrônica e não cabe na sociedade, muito menos em um contexto como o dela. Ela se mostra, portanto, questionadora e deixa mensagens empoderadas, como: “[...] menina pode fazer as mesmas coisas que os meninos, às vezes muito melhor do que eles...” (CAMARGOS, 2007, p. 23 – 24).

Os **capítulos 3 e 4** falam de uma aventura vivenciada por Vitória e seus amigos envolvendo o Saci e de toda a repercussão dessa aparição no assentamento. Essa passagem remete aos antepassados, às pessoas mais velhas que vieram do campo, pois elas sempre tinham algum caso sobrenatural para contar. O misticismo, a religiosidade e os conhecimentos populares fazem parte do universo camponês, o qual foi bem valorizado pela autora.

A partir do **capítulo 5** o livro não fala tanto do cotidiano camponês no assentamento, o foco se torna Vitória que, por causa de um ferimento enquanto fugia do Saci, ficou impossibilitada de andar e conheceu o mundo da literatura pelas mãos de sua professora, que lhe presenteou com um livro (figura 2).

Figura 2: Vitória sendo presenteada por sua professora com um livro



Fonte: CAMARGOS, 2007, p. 34

Esse capítulo traz uma espécie de relato de experiência dessa professora que, ao ver casos de *bullying* dentro da escola por parte dos alunos que viviam na cidade, resolveu dar uma tarefa, na qual os estudantes do campo deveriam pesquisar o dia a dia na cidade e vice-versa, o que resultou na diminuição dos casos de ações como essa. Nessa parte a autora deixa uma espécie de dica para adultos (e professores) que possam eventualmente ler sua obra, ela mostra que conhecer a realidade do campo é uma forma de desconstruir preconceitos sobre esse espaço e estereótipos negativos sobre sua população.

Vitória, que não gostava muito de ler, acaba tomando gosto pelos livros conforme se pode observar na figura 3. Essa paixão e dedicação à leitura são mostradas no **capítulo 6**, em que a personagem lê o livro que ganhou, assim como muitos outros, demonstrando que a leitura se tornou um hábito para ela, que passou a influenciar outras crianças a começarem a ler.

Figura 3: Vitória abraça seu livro com um sorriso no rosto



Fonte: CAMARGOS, 2007, p. 40

O **Capítulo 7** relata uma grande conquista da pequena Vitória: ela conseguiu que fosse construída uma biblioteca dentro do assentamento, que em pouco tempo já tinha muitos livros no acervo, chamando-a de “sementaria do sonho”. Aos poucos, não só as crianças, mas também os adultos foram se interessando e o exemplo se espalhou por assentamentos vizinhos. O capítulo que fecha o livro conta que, após um sonho com as letras e com base em toda a bagagem de leitura que a personagem havia adquirido, chega o momento em que ela deixa de ser só leitora e passa a escrever suas próprias histórias.

Portanto, assim como as sementes plantadas e cultivadas crescem e alimentam o homem com seus frutos, as palavras e frases se transformam em belas histórias que alimentam a alma.

A Reforma Agrária na narrativa literária – “Pascoalzinho pé-no-chão: uma fábula da Reforma Agrária”, de Chico Alencar

O segundo livro, dividido em cinco partes, foi escrito por Chico Alencar e ilustrado por Fabí. Trata-se de uma fábula que conta a história de uma comunidade de coelhos que é expulsa da sua própria terra.

No **primeiro capítulo** é apresentado Pascoal, um coelhinho muito curioso e esperto, que vivia uma vida simples e tranquila com sua família e não sossegava enquanto não tivesse suas dúvidas sanadas. Ainda nesse capítulo, o autor deixa claro que os coelhos sempre viveram ali e que a terra sempre foi deles, antes de seus pais e avós, mas sempre deles. A comunidade convivia em harmonia, jovens e gerações mais antigas viviam, trabalhavam e produziam na terra. Mas o que ninguém imaginava é que do dia para a noite tudo mudaria.

Na **segunda parte** do livro é introduzido um novo personagem, o advogado chamado Doutor Angorá, que certo dia chegou na comunidade dizendo que eles deveriam ir embora, pois não havia documentos que comprovassem que eles eram donos daquela terra e que uma grande empresa tinha o interesse em adquiri-la (figura 4). Todos ficaram confusos e sem saber o que fazer, já que de fato não tinham nenhum documento que comprovasse a posse da terra, mesmo sabendo que ela sempre foi deles, o direito de uso passou de geração para geração.

No entanto, toda a história de vida dos coelhos não importava para o Doutor Angorá e para os interesses da empresa. O que poderia manter a comunidade ali seria a

união, permanecerem juntos e resistir às investidas para que fossem expulsos, mas o advogado foi convencendo pouco a pouco os coelhos a deixarem a terra, usando vários artifícios como assustar os mais medrosos, dar dinheiro e usar trechos bíblicos distorcidos para convencer os religiosos que estavam pecando.

Figura 4: O pai de Pascoalzinho repassando para sua família a notícia dada pelo Doutor Angorá



Fonte: ALENCAR, 1987, p. 11-15

No **capítulo 3** aparece o administrador-geral chamado Doutor Prateado, o qual estava furioso com os coelhos remanescentes naquela área. Segundo ele, os coelhos estavam freando o desenvolvimento local ao usar a terra para plantar comida, pois para ele o desenvolvimento local só chegaria de fato quando a terra usada para produção de alimento se convertesse em terra para o cultivo de cana-de-açúcar.

Nessa parte do livro está o gancho para o professor abordar a potencialidade da agricultura camponesa, de base familiar, na produção de alimento e soberania alimentar e mostrar sua eficiência, uma vez que essa produção ocorre em uma área muito menor que nos latifúndios de agricultura capitalista. Nesse sentido, é pertinente retomar Woortmann e Woortmann (2005), os quais informam que a família camponesa possui uma organização interna que permite comercializar parte da produção, além de produzir a maior parte do que consome.

Voltando a análise da obra, pouco a pouco muitos foram se mudando, a comunidade foi se esvaziando e, sem conseguir resistir, a família de Pascoal também resolveu partir em direção a cidade. Pouco tempo depois a paisagem da comunidade rural em que viviam foi transformada, só se via um “mar de cana” (termo empregado para demonstrar o processo de territorialização do capital) e lavradores trabalhando, o que demonstra que o trabalho, antes familiar, passou a ser assalariado.

Campos (2011), quando analisa a territorialização do capital, afirma que, para que ela ocorra, o capital desterritorializa e expropria formas não capitalistas de produção, assim como aparece na fábula. Em convergência com essa leitura, Oliveira (2014) explica que, ao territorializar, o capital expulsa os trabalhadores camponeses do campo, pois diferente do processo de monopolização da terra, a presença do trabalho familiar não é mais necessário. Segundo o autor:

Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra acumula simultaneamente o lucro da atividade industrial e agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda gerada por essa atividade. A monocultura se implanta e define e caracteriza o campo, transformando a terra

num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2014, p. 477-478).

Portanto, para Campos (2011), o processo de territorialização implica em conflitos, os quais ocorrem em espaços que muitas vezes já estão ocupados, com uma configuração espacial e uma dinâmica agrícola específicas. Para ela, não é o bastante se fazer presente nesse processo, é preciso estabelecer relações de poder no espaço.

Como já salientado, para manter esse processo, algumas estratégias são empreendidas no âmbito político, sendo uma das táticas a eleição de pessoas ligadas ao segmento, desde a escala local até a nacional. Há estratégias de investir em publicidade tanto para incentivar as vendas quanto para influenciar a opinião pública, associando a agricultura capitalista à exportação, produção de alimento e emprego (CAMPOS, 2011). Nas palavras da autora:

A territorialização do agronegócio, independente do segmento que serve como carro-chefe do processo, é sempre acompanhada de muitos conflitos uma vez que produz impacto no meio ambiente, na economia, na distribuição demográfica, na divisão do trabalho, no jogo de interesses políticos, enfim nas relações sociais com e no espaço. Para avançar no seu processo de territorialização, nesse cenário conflituoso, um dos principais mecanismos utilizados pelo agronegócio são as estratégias políticas que, na prática, criam as condições para que os diversos segmentos do agronegócio implementem suas políticas territoriais (CAMPOS, 2011, p. 117).

As condições favoráveis para o processo de territorialização do capital são criadas pela tríplice aliança estabelecida entre o agronegócio, o Estado e o latifúndio, que traz implicações negativas, como o aumento da insegurança alimentar com a priorização das *commodities* e as condições sub-humanas de trabalho, a exemplo do setor sucroalcooleiro que explora a força de trabalho até o limite (CAMPOS, 2011).

As marcas da territorialização ficam gravadas no espaço assim como a fábula descreve. Machado e Tsukamoto (2012), ao analisarem as implicações geográficas da territorialização de uma das maiores usinas de produção e açúcar e etanol do mundo, situada no município de Barra Bonita – SP, descrevem a paisagem como um “mar de cana” assim como na fábula analisada. A pesquisa mostra as difíceis condições de trabalho dos cortadores de cana, destacando, por exemplo, que o trabalhador que cortou entre 10 e 14 toneladas de cana recebeu em torno de R\$ 800,00, já as mulheres que cortam em torno de sete toneladas não recebem mais do que R\$ 580,00.

Uma pesquisa mais recente, de Jesus, Costa e Silva (2020), que analisou a produção da cana-de-açúcar e do milho em assentamentos rurais nos municípios de Japaratinga e Monte Alegre (SE), mostrou que 50% das terras da usina analisada são arrendadas (inclusive nos territórios de assentamentos) e que no período de plantio o trabalhador rural costuma receber em média de 36,00 reais por dia, representando no final do mês um salário-mínimo⁴. Já no período do corte é possível ao trabalhador obter ganhos superiores a um salário-mínimo, pois eles estão relacionados à produção individual de cada um, ainda com relação ao trabalho, para Machado e Tsukamoto:

As contradições do modo de produção capitalista ocorrem desta forma: por um lado, o grande capitalista demandando cada vez mais terras, mão de obra a baixo do custo, necessitando produzir intensamente. Dos braços do trabalhador, “ainda” precisa usufruir. Deste único bem, necessita se apropriar para, por meio dos mesmos, apropriar-se dá riqueza da terra. Por outro lado, nas “entrelinhas da contradição”, jaz o trabalhador rural, que se doa integralmente, porque precisa do parco salário que recebe no final de sua

jornada mensal para (sub) manter-se (MACHADO; TSUKAMOTO, 2012, p. 64).

A pesquisa desses autores ainda observou que são comuns os problemas de saúde oriundos das condições insalubres de trabalho dessa usina, entre eles pode-se citar ocorrências de diarreias, tonturas e luxações. Fabrini e Roos (2014) mostram que há ainda casos de óbitos por exaustão.

Ainda com relação aos empregos gerados pelo setor, esses últimos autores ressaltam que isso é um mito, pois além da remuneração ser baixa e por mais que gerem postos de trabalho, não se comparam com a ocupação gerada pela pequena unidade de produção familiar camponesa.

Outro processo presente no livro infantojuvenil indicado foi a proletarização. Nesse sentido, é importante ressaltar que o proletariado e o campesinato são diferentes, o proletário e a classe burguesa têm uma relação de interdependência: o burguês necessita da força de trabalho do proletariado para extrair a mais-valia, enquanto o proletário precisa do salário. Já o camponês é alheio a isso no sentido de não depender diretamente do capitalista no processo de produção.

Não que isso signifique que os camponeses estejam isentos da rapina perpetrada pelos capitalistas, mas sim que seu modo de vida contém uma potencialidade que não se coloca aos trabalhadores proletarizados: enquanto estes somente podem se reproduzir em sua relação indissociável com os primeiros, compradores da única mercadoria que possuem, a força de trabalho, os camponeses são a única classe que pode reproduzir-se independentemente das demais (PAULINO, 2009, p. 69).

Segundo Woortmann (1990, p. 24), “Apesar da variedade com que tem sido construído o conceito de camponês, ressalta um ponto comum: o caráter familiar do trabalho”, desse modo, é preciso frisar que a terra é mais do que o suporte para produção e geração de renda, ela é o suporte para um modo de vida.

[...] projeto histórico do campesinato, que procura na terra muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários, o que lhe permite se colocar no mundo de forma completamente diversa daqueles que vivenciam a alienação do trabalho (PAULINO, 2012, p. 32).

Já no **capítulo 4** o livro mostra a chegada e a vida dos coelhos na cidade, ficando explícita a não adaptação da família e o saudosismo da vida no campo, principalmente em partes como: “– Lá a gente aprendia fazendo e comia o que a gente mesmo produzia – contava ele para seus colegas” (ALENCAR, 1987, p. 21). O livro faz críticas à mídia televisiva, diz que na cidade tem televisão em toda a parte e as pessoas acreditam em tudo que é transmitido.

No momento em que se fala da chegada à cidade, é possível estabelecer uma ligação com as histórias de muitos daqueles que foram expulsos do campo no contexto da modernização conservadora (designada de Revolução Verde), a qual marcou mudanças nas relações sociais de produção, sobretudo entre os que trabalhavam no sistema de colonato ou como meeiros e posseiros⁵. Esse fenômeno fez com que o Brasil se tornasse urbano; para os que migraram, sair da terra significava o desenraizamento de um modo de vida que ia desde costumes e valores até o tipo de trabalho que desempenhavam e mudança nos hábitos alimentares.

Na escola, Pascoalzinho fez amizade com um coelhinho chamado Chichila, com o qual havia ocorrido a mesma coisa: ele e sua família foram expulsos de sua terra. A partir dessa amizade os seus pais também se conheceram e ficaram amigos. Certo dia, o pai de Chichila mostra ao pai de Pascoalzinho uma notícia sobre uma área de ocupação (figura 5), essa seria a oportunidade de ambas as famílias voltarem para o campo.

Figura 5: O pai de Chinchila mostrando a área de ocupação



Fonte: ALENCAR, 1987, p. 23-24

O **último capítulo** mostra que Pascoal já está mais maduro e compreendendo melhor a dinâmica das coisas. Sua curiosidade continua viva e ele descobre muita coisa, como o tecido que serve para confeccionar suas roupas ser proveniente da terra, o que deixa o coelhinho mais orgulhoso de suas origens e com vontade de voltar para ela.

Na terra agora utilizada para produzir, regida pelas regras do mercado em prol da reprodução ampliada do capital, a situação se alterou: os boias-frias⁶ não estão mais aceitando trabalhar tanto por tão pouco e estão mais unidos. O último capítulo, portanto, reforça a mensagem de que a terra é ou, pelo menos, deveria ser para quem trabalha nela.

A potencialidade da obra para as aulas de Geografia encontra-se para além dos fenômenos ligados ao espaço agrário, o professor pode utilizá-la para facilitar a apreensão de conceitos geográficos como a paisagem e o território. No caso deste último, o conceito pode ser abordado a partir da análise de variáveis como identidade e conflitos presentes no processo de (des)territorialização, e no caso da paisagem, quando a diversidade de produção camponesa dá lugar a um “mar de cana”, sendo substancialmente alterada com o estabelecimento de relações capitalistas.

Considerações Finais

Com base nos pressupostos apresentados, fica clara a potencialidade da literatura para respaldar o professor e o aluno no processo de construção do conhecimento. Ao incluir esse tipo de material, o educador pode apresentar uma aula diferente que, dependendo da abordagem e didática, pode interessar e engajar o aluno.

Os livros de literatura infantojuvenil são um caminho que apesar de ter potencial vem sendo pouco explorado. É importante ressaltar que quando se empreende críticas ao livro didático não se está defendendo o abandono, pois, como lembram Nabarro e Tsukamoto (2010), é uma importante ferramenta para as aulas, principalmente por serem criados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, porém eles ressaltam que os professores têm autonomia e não precisam, por exemplo, seguir a ordem de conteúdo apresentada nesses livros.

Sendo assim, o que se busca é uma reflexão acerca desse material (livro didático) que acaba sendo limitado de várias formas, desde não trazer os conteúdos para a realidade dos alunos, por se tratar de um material de cobertura nacional que tenta apresentá-los de uma forma homogênea, sem abordar especificidades das diferentes regiões, até o fato de negligenciar determinados fenômenos, apresentar dados defasados ou que não se enquadram na metodologia de determinado educador. Nesse sentido, é importante que outras metodologias sejam pensadas, discutidas e postas em prática a fim de suprir esses limites.

Observa-se que, apesar de as duas obras analisadas tratarem de questões inerentes ao espaço agrário, elas possuem perspectivas diferentes, dando ao professor uma rica gama de possibilidades para abordar os mais diversos fenômenos de acordo com suas necessidades, estratégias metodológicas e características dos alunos, como idade e séries.

Na obra “Semente de letra”, é possível verificar a dinâmica que envolve o processo de (re)territorialização e recriação do campesinato, e na obra “Pascoalzinho pé-no-chão: uma fábula da Reforma Agrária” contempla-se o processo de desterritorialização do campesinato, o uso da lei em prol de interesses burgueses e a transformação do território camponês, caracterizado pela identidade campesina, produção diversificada de alimentos e trabalho de base familiar em território de exploração intensa, tanto dos recursos naturais (ao seu limite) quanto da força de trabalho alheia em prol da obtenção de lucros cada vez maiores.

Assim, entre as muitas abordagens que a obra permite, o professor pode citar temas relacionados não só à questão agrária, mas à Geografia da população, Geografia urbana, Geografia ambiental, entre outros, mostrando que os fenômenos geográficos são interdependentes.

A construção do conhecimento se coloca frente aos professores como um desafio que exige a busca constante por formas eficientes e eficazes de potencializar o processo de ensino-aprendizagem. Nesse cenário, para os educadores que atuam no campo da Geografia, há desafios específicos, inerentes a essa ciência que tem o espaço como objeto. Esse espaço é cotidianamente moldado por fenômenos físicos e humanos e muitos deles exigem certo grau de abstração por parte dos alunos, uma vez que a discussão teórica extrapola a empírica, contudo, é a forma de se apreender o concreto diante da abstração conceitual.

Como se sabe, os espaços agrário e urbano são interligados. Problemas que acometem o campo repercutem no meio urbano, como os casos de azares climáticos que culminam em perdas agrícolas e atingem a população urbana pela alta dos preços para o consumidor final, porém essa inter-relação muitas vezes não é apreendida nem mesmo pelos adultos. Nesse contexto, as dúvidas que surgem no momento de explicar essas dinâmicas para as crianças nem sempre são sanadas pelos livros didáticos, exigindo que o professor trace, por conta própria, estratégias que sejam ao mesmo tempo eficazes, didáticas, não enfadonhas e lúdicas.

Notas

1 – Não foi contabilizado o número de estabelecimentos referentes ao “produtor sem área”, que em 2006 foram 255.019 mil e em 2017 caiu para 77.037 mil, por não ser possível identificar o extrato de área e a área total destes estabelecimentos (COSME, 2020, p. 98).

2 – *Idem*.

3 – M= mercadoria; D= dinheiro; D'= dinheiro acrescido de algum valor.

4 – O atual salário-mínimo no Brasil é R\$ 1.045,00 reais (ao mês).

5 – Com relação ao **colonato**, em “O cativo da terra”, Martins (2013) explica que diante do fim do tráfico de escravos e com a crescente importância do café para a economia paulista, observou-se progressivas

mudanças nas relações de trabalho, sendo o trabalho escravo substituído pelo do colonato, realizado principalmente por imigrantes estrangeiros. O colonato consistia em uma espécie de sistema híbrido que preservava traços do campesinato, no entanto modificados, como o trabalho familiar para a subsistência da família e ao mesmo tempo o assalariado para o fazendeiro dono da terra. O trabalho era realizado em família e pago anualmente.

Segundo Oliveira (2007) a **parceria** é um elemento importante na produção camponesa. Ela se desenvolve a partir da necessidade de o camponês aumentar a área cultivada, no entanto, como ele não dispõe de recursos econômicos para arcar com o salário de outro trabalhador rural, a parceria se torna uma estratégia viável, pois os custos e ganhos são divididos. A parceria é definida pelo autor como “relação de trabalho na qual o proprietário da terra e o trabalhador dividem entre si, em partes combinadas, os custos e a produção obtida.” (OLIVEIRA, 2007, p. 181). É mister ressaltar que a ela assume diferentes formas relacionadas à porcentagem da produção dividida, como a terça, a quarta e a meação, e é na última que ganha forma o **meeiro**, onde o resultado da produção é dividido em partes iguais (50% para cada).

Os **posseiros**, de acordo com Oliveira (2007), são uma parcela do campesinato que não detém a posse da propriedade privada da terra. Para se reproduzirem socialmente, permanecerem no campo e produzirem sua subsistência, eles ocupam terras alheias, o que os coloca em uma situação vulnerável frente a jagunços, latifundiários, especuladores, grileiros, entre outros.

6 – O boia-fria é um termo utilizado para se referir aos trabalhadores volantes. São aqueles que comumente saem muito cedo para trabalhar, ainda de madrugada e levando consigo suas marmitas, e quando vão se alimentar suas comidas já se encontram frias, construindo-se assim o termo boia-fria para se designar essa categoria de trabalhador. Eles estão associados, sobretudo, ao trabalho no corte de cana. Além disso, entre suas particularidades, Kliemann e Salomão (2017) citam o fato de eles trabalharem no campo e viverem na cidade, preservando, assim, traços do mundo camponês, mas dentro de um contexto urbano periférico.

Referências

ALENCAR, Chico. **Pascoalzinho Pé-no-chão**: uma fábula da reforma agrária. São Paulo: Moderna, 1987.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: A nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, São Paulo, vol. 45, p. 1-21, 2011.

CAMARGOS, Marcia. **Semente de Letra**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: O caso de Cruz Alta/RS. 1. Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

COSME, Claudemir Martins. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: A perpetuação da concentração fundiária revelada pelo censo agropecuário 2017. **Revista Pegada**, v. 21, n. 1, p. 84-109, 2020.

FABRINI, João Edmilson; ROSS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

JESUS, Givaldo Santos de.; COSTA, José Eloízio da.; SILVA, Adriana Lisboa da. Resistência e contradições em assentamentos rurais no estado de Sergipe: O caso da produção da cana-de-açúcar em Japarutuba e do milho em Monte Alegre de Sergipe. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n. 1, p.2649-2666, 2020.

KLIEMANN, Edmar Adolpho.; SALOMÃO, Kátia Rocha. A (i)legitimidade jusfilosófica da previdência social do boia-fria: uma abordagem habermasiana. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, v. 45, n. 2, p. 47-81, 2017.

MACHADO, Armstrong; TSUKAMOTO, Ruth Youko. Além das fronteiras da agroindústria: poder e territorialização na contramão da esperança. In: BARROS, Miriam Vizintim Fernandes; ASARI, Alice Yatiyo; SALVI, Rosana Figueiredo; YAMAKI, Humberto. **Sociedade – Natureza**: uma visão geográfica. Londrina: UEL, 2012, p. 55-69.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo** – Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NABARRO, Sérgio Aparecido; TSUKAMOTO, Ruth Youko. A questão agrária no ensino de Geografia: uma análise do conteúdo nos livros didáticos. In: TORRES, Eloiza Cristiane; SALVI, Rosana Figueiredo. LIMA, Rosely Maria de. **Múltiplas Geografias: Ensino – Pesquisa – Reflexão**. Londrina: Midiograf, 2010, p. 43-68.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A formação universitária do professor de geografia. **Geografia**, Londrina, v. 7, p. 33-40, 1992

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandy Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014, p. 465-534.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Denise Rodrigues de; ASARI, Alice Yatiyo. Filhos do destino: a literatura auxiliando o ensino de Geografia. In: TORRES, Eloiza Cristiane; SALVI, Rosana Figueiredo. LIMA, Rosely Maria de. **Múltiplas Geografias: Ensino – Pesquisa – Reflexão**. Londrina: Midiograf, 2010, p. 13-42.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Questão agrária e ensino de Geografia: um debate necessário. In: KATUTA, Ângela Massumi; ELY, Deise Fabiana; PAULINO, Eliane Tomiasi; CUNHA, Fábio César Alves da; ANTONELLO, Ideni Terezinha (Org.). **Geografia e mídia impressa**. São Paulo. Expressão Popular, 2009, p. 61-86

PONCE, Regiane Cristina; MOURA, Jeani Delgado Paschoal. Contribuições da literatura para o ensino de Geografia na fase de alfabetização – Ensino fundamental. In: ANTONELLO, Ideni Terezinha; MOURA, Jeani Delgado Paschoal; TSUKAMOTO, Ruth Youko. **Múltiplas Geografias: Ensino – Pesquisa – Reflexão**. Londrina: Edições humanidades, 2005, p. 47-64.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A literatura como linguagem significativa para o entendimento do tempo e movimento do espaço geográfico. In: HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza *et al.* **Geografia: Temas e reflexões**. Maringá: EDUEM, 2015, p. 217-231.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Atual, 2011.

TOMITA, Luzia Mitiko Saito. Os desafios de aprender e ensinar Geografia. In: ASARI, Alice Yatiyo; MOURA, Jeani Delgado Paschoal; LIMA, Rosely Maria de. **Múltiplas Geografias: Ensino, pesquisa e extensão**. Londrina: UEL, 2012, p. 35-54.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Neguceia” o Campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 11-73, 1990.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O significado do alimento na família camponesa. **UNISINOS**, v. 4, n.163, p. 13-17, 2005.